

ELEMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO DA MATEMÁTICA NO LICEU DE GOIÁS: ANÁLISES PRELIMINARES

Viviane Barros Maciel

Luiz Carlos Pais

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem por objetivo analisar alterações ocorridas em conjuntos de elementos de ensino, formados pelos conteúdos e aspectos metodológicos, que podem ser identificados na trajetória da matemática ensinada no Liceu de Goiás, no período compreendido entre 1858 e 1918. A partir da análise deste conjunto de elementos, este estudo buscou determinar um perfil didático para matemática ensinada no Liceu entre 1858 e 1888. Para que as análises ocorressem foi indispensável o aporte de referenciais teórico-metodológicos, como André Chervel, que reflete sobre o campo da história das disciplinas escolares e de Marc Bloch, que ensina o ofício de historiador. Também foi necessário estar diante de fontes históricas primárias que pertenceram ao arquivo escolar do Liceu como programas de ensino e regulamentos, livros didáticos, memorial histórico da instituição, livro de registros de docentes. Além de leis, decretos e relatórios de governantes acessados por meio das fontes oficiais digitalizadas. Os primeiros resultados apontam que não há uma identidade didática própria para a matemática escolar no período, mas um forte momento de tensões enfrentado pelo ensino da disciplina, revelando-se como um período de transição que antecede e anuncia um novo conjunto de elementos. As análises consideraram a relação de dependência Liceu de Goiás (província) ao Colégio Pedro II (corte), modelo de ensino secundário para os demais estabelecimentos de instrução. Ao pesquisar sobre a história do ensino de uma disciplina o professor se torna produtor de conhecimento estabelecendo um diálogo entre o que é novo e o que lhe foi legado, passando, então, a questionar cada um destes elementos, produzindo, desse modo, história da educação matemática de modo histórico.

Palavras-chave: Ensino de matemática. Liceu de Goiás. História da Educação Matemática. História das disciplinas escolares. Identidade didática.

Considerações Iniciais

Como elementos históricos do ensino da matemática, estaremos considerando *conteúdos de ensino e aspectos metodológicos*. Cada um destes se relaciona com outros numa rede em que todos se entrelaçam. A análise de cada uma dessas relações convergirá no sentido de dar resposta ao nosso problema de pesquisa, em que buscamos analisar mudanças ocorridas no

conjunto de conteúdos e aspectos metodológicos que caracterizam o ensino da matemática escolar do Liceu de Goiás, no período compreendido entre 1858 a 1918.

Observamos que o conjunto destes elementos se mantém durante um período de tempo constituindo, assim, uma *identidade didática da matemática* ensinada. No entanto, olhando para um período maior, podemos verificar que mais de uma identidade pode se formar para a mesma disciplina. Geralmente, nas transições destas, há momentos de tensões sociais, políticas e culturais e nelas mais de uma identidade coexiste, o que acaba desestabilizando a disciplina por um período até que a mais adequada para a instituição se estabeleça.

Para chegarmos às identidades didáticas da matemática ensinada no Liceu, precisaríamos das fontes de pesquisa que fizessem parte do arquivo escolar do Liceu. Encontrando-as, conforme Valente (2005), necessitam ser problematizadas para que passem a fontes históricas. Entre as principais podemos citar os programas de ensino e regulamentos, livros didáticos, memorial histórico, diários, livros de visita de inspetor, atas de concursos, termos e atas de exames, livro de registros de docentes e matrículas e provas de alunos, ou seja, fontes que compõem o arquivo escolar do Liceu.

Outras fontes de pesquisa que também nos ajudaram bastante foram alguns livros e teses de pesquisadores da história da instrução pública goiana, como Silva (1975); Bretas (1991) e Vieira (2007) e autores que escrevem sobre a história da educação matemática do Brasil, como os estudos de Wagner Rodrigues Valente.

Não poderíamos deixar de destacar a importância das fontes digitalizadas, como o *Center for Research Libraries*, um banco de documentos oficiais digitalizados em que pesquisamos os relatórios dos governantes de Goiás, e o Portal da Câmara de Deputados um site oficial do governo que pudemos ter acesso a decretos e leis imperiais.

Para esta pesquisa, é indispensável o aporte de referenciais teórico-metodológicos como as principais idéias de André Chervel (1990), que reflete sobre o campo da história das disciplinas escolares e de Marc Bloch (2002), que nos ensina o ofício de historiador.

Providos destes elementos, neste artigo analisaremos momentos de tensões que se estabelecem na história da matemática escolar do Liceu de Goiás, no período compreendido entre 1858 e 1888, identificando um conjunto de elementos de ensino que determinem traços de uma identidade didática para esta disciplina. Entre algumas tensões que identificamos estão as reformas da instrução pública, as crises enfrentadas pela cadeira de matemática, o período de decadência do Liceu, a extinção da cadeira de Geometria, a Aritmética que passa a ser uma disciplina anexa à disciplina de Contabilidade. Quanto aos elementos de ensino foram analisados aspectos dos conteúdos, métodos de ensino e de livros didáticos adotados. Toda a

análise foi realizada observando a relação de dependência Liceu de Goiás, localizado em Vila Boa de Goiás, Capital da Província goiana, ao Colégio Pedro II, localizado na corte, no Rio de Janeiro, considerado por muitos estabelecimentos modelo de ensino secundário.

Oficialização do Método Simultâneo

Segundo Bretas (1991), as reformas visavam aumentar, de certo modo, o poder do governo sobre a instrução, a fim de “coibir abusos, enriquecer o conteúdo de ensino, aperfeiçoar a inspeção, incentivar mestres e discípulos para uma maior dedicação aos estudos, com a concessão de melhores salários, prêmios e outras vantagens”. (BRETAS, 1991, p.235)

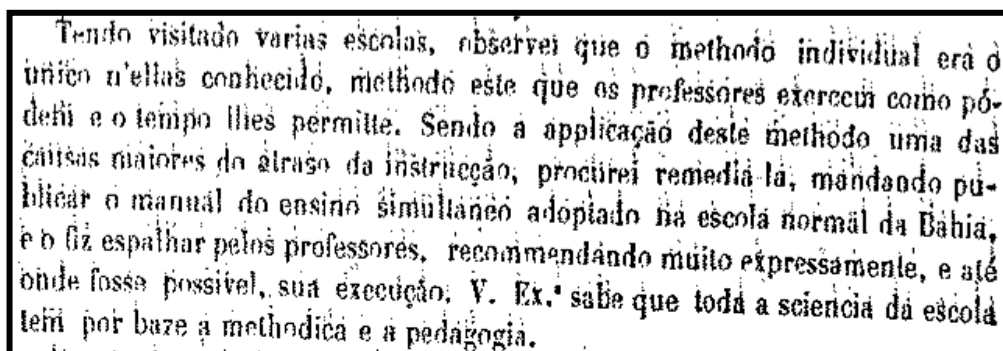
Neste sentido, Chervel (1990) aponta para uma *finalidade real* de ensino, pois conforme nos ensina, há uma diferença entre este tipo de finalidade e uma *finalidade de objetivo*. Esta última, geralmente, se apresenta de forma explícita nas leis, decretos, resoluções. Assim, conhecer a sociedade e o contexto da época de um determinado fato histórico, também se torna necessário, pois segundo Chervel (1990), a sociedade é quem dita as finalidades da escola.

Até 1888, Goiás passou por três reformas, uma em 1856, outra em 1869, e em 1884. Durante 20 anos vigorou no Estado a 1ª Lei de Instrução Goiana, Lei nº13 de 23 de julho de 1835. Mas, por meio da resolução nº7 de 22 de novembro de 1855, o presidente da província obteve autorização, para estar reformando o ensino primário e o secundário, conforme Bretas (1991). Assim, a primeira reforma da instrução pública aconteceu em 1º de dezembro de 1856.

Dois anos antes, ocorria no Rio de Janeiro, a Reforma Couto Ferraz, aprovada pelo Decreto nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854. Esta reforma, segundo Silva (1975) trazia várias alterações na instrução. Uma delas era a de estabelecer oficialmente a utilização do método de ensino simultâneo para as escolas primárias. Conforme a autora, por meio deste método o professor agiria diretamente sobre toda a classe, que deveria ser composta por alunos com mesmo grau de adiantamento. Até o final do império o método simultâneo ainda era indicado nos programas de ensino. Em um jornal da província goiana, Correio Oficial de 1884, encontramos uma nota de que este método de ensino deveria ser utilizado nas escolas primárias do sexo masculino.

Silva (1975) observa que este método foi instituído em Goiás, pela resolução de 21 de julho de 1858. No entanto, consta no relatório do presidente José Martins Pereira de

Alencastre, que ao visitar as escolas verificou que muitas conheciam apenas o método individual (Figura 1).



Tendo visitado varias escolas, observei que o methodo individual era o unico n'ellas conhecido, methodo este que os professores exercem como pôdeñ e o tempo lhes permite. Sendo a applicação deste methodo uma das causas maiores do atraso da instrucção, procurei remedia-la, mandando publicar o manual do ensino simultaneo adoptado na escola normal da Bahia, e o fiz espalhar pelos professores, recommendando muito expressamente, e até onde fosse possível, sua execução. V. Ex.ª sabe que toda a sciencia da escola tem por base a methodica e a pedagogia.

Figura 1: Relatório do presidente José M. P. Alencastre sobre o método simultâneo

De acordo com o presidente Alencastre (Figura 1) a escolha de um método indevido poderia acarretar no atraso do ensino. Desse modo o presidente pede para publicar um manual explicativo do método simultâneo, como forma de difundir o método para todas as escolas da província.

Silva (1975, p.109) nos ensina que a adoção dos métodos sempre se deu de forma simultânea. Neste sentido a autora observa, que no relatório publicado em 1835, o presidente José Rodrigues Jardim, comenta que na escola particular em que estudava, sempre apareciam por lá alunos transferidos de uma escola de ensino mútuo. Também afirma que quando vigorava a Reforma de 1856, recomendando o método simultâneo, Couto de Magalhães afirmava que o método adotado nas escolas ainda era o individual, isto em 1863, quase 20 anos depois de instituído.

Esta autora afirma que a lei goiana, geralmente, indicava os *métodos de ensino* a serem utilizados na escola, como forma de garantir o rendimento escolar. No entanto o que leis e regulamentos denominam métodos de ensino a autora entende como modos de ensino. Segundo Chasteau (apud SILVA, 1975, p.279), o modo de ensino compreende desde a forma que o professor organiza a aula, a disposição dos alunos em sala, até a escolha do material adequado para aula. Além disso, o autor aponta quatro modos, *o individual, o simultâneo, o mútuo e o misto ou simultâneo-mútuo*.

Segundo Haidar (1972) a criação do cargo técnico-administrativo de Inspetor Geral, para supervisão dos ensinos primário e secundário, públicos e particulares, foi outra alteração trazida pela Couto Ferraz.

Saviani (2006) nos informa que mesmo tendo sido oficializado o método simultâneo, o método oficial, caberia ao Inspetor Geral a escolha de outro método, desde que a decisão tivesse o consentimento do Conselho Diretor. A inspetoria, não somente poderia se responsabilizar com a escolha do método, como, ainda, poderia escolher os livros didáticos para o ensino.

Questionamentos a respeito do método passaram a fazer parte do exame de seleção para docentes do ensino primário. De acordo com Bretas (1991) a reforma da instrução de 1856, em Goiás, previa que os examinadores deveriam propor ao candidato à docência questões de forma a fazê-lo falar sobre seu “grau de experiência no cálculo e dos princípios elementares da aritmética e o sistema de pesos e medidas” (BRETAS, 1991, p.237). Também perguntariam sobre os métodos mais convenientes de forma a “desenvolver e cultivar as faculdades intelectuais dos alunos, como, principalmente, para instruí-los no exercício das virtudes cristãs” (BRETAS, 1991, 238).

A preocupação em examinar as habilidades do professorado e da direção do ensino secundário, de acordo com Haidar (1972), também existia. A autora afirma que a partir da Reforma Couto Ferraz foram instituídos na Corte os exames de preparatórios, com base nos livros e programas de ensino adotados no ensino oficial.

Conteúdos de Ensino, Livros Didáticos

De acordo com Chervel (1990), no centro dos ensinamentos que são de responsabilidade da história das disciplinas escolares, como é o caso do ensino primário e secundário, se encontra a história dos conteúdos. No entanto, não se pode reduzir a história das disciplinas escolares ao estudo dos mesmos, pois sua amplitude ainda é maior. Os conteúdos representam o seu centro. A partir deste a disciplina se desenvolve.

O desejo em mudar o plano de estudos do Liceu de Goiás foi apresentado no relatório do presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, em 1858. Segundo o mesmo, do jeito que o plano se apresentava somente prepararia os jovens para “as carreiras sábias”, ou para servir ao funcionalismo. Caso quisesse trabalhar no comércio ou ir para a lavoura, afirma que “em nada iria adiantar o secundário”. Assim, escreve que as alterações deveriam “torná-lo menos clássico e adaptá-lo às tendências positivas e utilitárias da época em que vivemos” (Relatório Gama Cerqueira, 1858, p.16).

Diante do exposto observamos a questão da inclusão da cadeira de Contabilidade junto à Aritmética nos planos de estudo, mesmo após o advento da república. Dois anos depois do

relatório apresentado pelo presidente, por meio da resolução nº 405 de 3 de outubro de 1860, a cadeira de Aritmética e Geometria foi suprimida, sendo desdobrada em Contabilidade¹ e Geometria. Certamente esta foi uma maneira que o presidente encontrou para a matemática tornar-se ainda mais *prática e utilitária* no secundário. A cadeira de Contabilidade e Geometria, permanece durante 12 anos nos planos de estudo do Liceu, até 1872, quando é suprimida. No entanto, a presença dela nos planos volta a acontecer no período republicano.

A cadeira de geometria, por dois anos esta foi extinta do plano de estudos, sendo justificada pela ausência de candidatos à cadeira. É provável que a não liberação de verba, pelos cofres gerais, para pagamento dos professores, tivesse sido um empecilho para quem fosse ocupar esta cadeira. No Liceu houve professores que chegaram a trabalhar gratuitamente, como é o caso de Antônio José Pereira e Joaquim Rodrigues Moraes Jardim.

De acordo com Silva (1975, p 166), também prevalecia, no ensino primário, o caráter essencialmente prático e utilitário nos estudos da aritmética. Isto pode ser claramente comprovado quando a autora observa que a reforma estabelece a diferenciação da aritmética ensinada ao homem e à mulher, em que os conteúdos de ensino eram estabelecidos tendo em vista as futuras carreiras profissionais. Para as mulheres a disciplina de aritmética compreendia as quatro operações e números inteiros, pois representaria o necessário para se tornarem professoras de primeiras letras. No caso dos homens, além destes conteúdos aprenderiam frações ordinárias e decimais e proporções, pois estes certamente atuariam no comércio. Seriam preparados para os “negócios”.

Ainda segundo esta autora, a reforma Couto Ferraz representava a entrada, mesmo que tímida, de um ensino mais científico que literário, preparando desse modo pessoas para atuarem nas carreiras profissionais, que o comércio e a indústria necessitavam. Além disso, mesmo que o aluno quisesse completar apenas os primeiros quatro anos, seria obrigatória a passagem pelos estudos científicos.

No ano de 1856, foram determinados os programas a seguir e livros que o Colégio de Pedro II deveria adotar e que na falta de livros nacionais seriam adotados livros franceses. Haidar (1972, p.117) comenta em seu texto que os compêndios franceses eram estudados na íntegra, de forma que chegou a ocorrer de se ensinar sobre o solo de Paris deixando de lado as explicações sobre o solo brasileiro.

¹ Segundo o Memorial Histórico do Liceu, no ano de 1860, a cadeira de Aritmética e Geometria se desdobrou na cadeira de Contabilidade e Geometria. Neste ano, a Contabilidade compreenderia as quatro operações com números inteiros, fracionários, complexos, razões e proporções (Aritmética); elementos de Álgebra, e os sistemas usados de escrituração mercantil e financeira.

No Liceu de Goiás, Vieira (2007, p.126) nos mostra que em 1859 foram comprados para esta instituição 18 livros didáticos sendo 14 de Aritmética e quatro de Geometria. Talvez a diferença esteja na maior ênfase dada aos estudos de aritmética. Na lista de livros apresentada pela autora constam “2 Geometrias de Ottoni (Christiano Benedicto Ottoni); 2 Geometrias de Euclides; 10 Aritméticas de Sá; 2 Ditas Aritméticas de Ottoni; 2 Ditas Aritmética de Ávila”.

É provável que o pedido tenha sido realizado inspirado no Decreto de 24 de janeiro de 1856, que fixava no Colégio Pedro II, os programas e os livros didáticos, indicando os livros de Ottoni, conforme Valente (2007). Valente reforça que a coleção de Ottoni foi indicada no Colégio Pedro II, nos anos de 1857, 1865, 1870 e que no caso da Geometria, afirma ter sido o livro que por um maior tempo tenha se estabelecido entre aqueles publicados por Ottoni. Há vestígios de sua indicação até 1888.

Assim, no Correio Oficial, de abril de 1884, encontramos a indicação para adoção da Aritmética de Ottoni (Figura 2). É provável que até o final do Império, Ottoni tenha sido adotado no Liceu de Goiás.

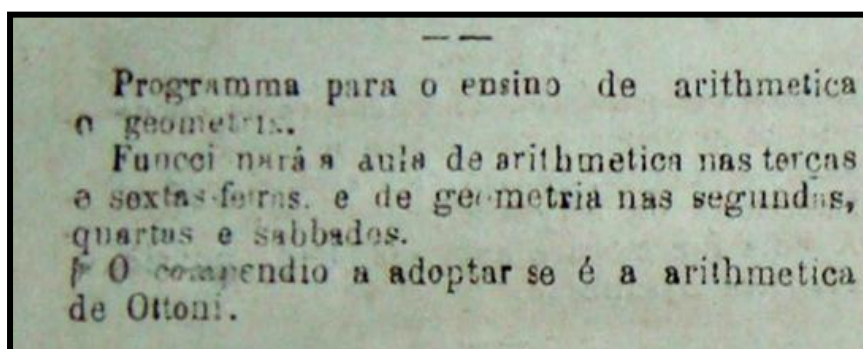


Figura2: – Indicação do livro didático a adotar Aritmética e Geometria Correio Oficial 1884 – Arquivo Histórico Estadual

Sobre os textos de Ottoni, Valente (2007) nos escreve que “passaram a ser a referência da matemática escolar do Brasil durante bastante tempo. As compilações que abordavam a aritmética, geometria, álgebra, trigonometria são adotadas em quase todos os estabelecimentos de ensino.” (VALENTE, 2007, p.146). Este autor se refere às compilações dos livros de autores franceses, sendo a Geometria Plana de Vincent e a Arimética e Álgebras de Bourdon. Segundo Valente (2007, 152) Ottoni tinha uma preocupação em manter aspectos didáticos propagados nas obras destes autores franceses, o que vai diferenciar sua obra das que virão adiante,

A diferença dos textos didáticos que passaram a ser utilizados posteriormente aos de Ottoni está em sua forma didática. As obras de Ottoni seguem a estruturação clássica: apresentação teórica seguida de exemplo numérico. Não há exercícios para os alunos. Os textos que substituem Ottoni passam a ser escritos visando já ao uso pelos alunos. Incluem exercícios gradativos, exercícios com resposta final, exercícios sem resposta, resumos etc. (VALENTE, 2000, p.205-206)

Notamos, dessa maneira, uma matemática clássica em sala de aula, baseada na exposição da lição e marcada pela ausência de exercícios.

Há traços, segundo Bretas (1991), que provavelmente o livro “Aritmética Progressiva” de Antônio Bandeira Trajano, tenha sido o primeiro livro de matemática a circular no Liceu. O livro de Trajano, não circulou no Colégio Pedro II e pela dependência do Liceu de Goiás ao Colégio Pedro II, teríamos, neste sentido, um fato não esperado. No entanto, não há fontes primárias que comprovem o mesmo. Apenas encontramos fontes que comprovam a utilização da “Aritmética Elementar”, do mesmo autor, em várias escolas primárias, mas não há outras indicações que o livro tenha sido utilizado.

As crises da Cadeira de Matemática

Desde a instalação do Liceu até 1868, a cadeira de Geometria, que depois foi anexada à de Aritmética, foi ocupada pelo italiano, Vicente Moretti Foggia, totalizando 21 anos de docência. De acordo com este autor, em 1868 o professor Foggia se aposentou e a cadeira de Geometria entra em um período bastante difícil, em que vários professores passaram pela mesma. (Tabela 1)

ANO	PROFESSOR	CADEIRA
1847- 1868	Vicente Moretti Foggia (vitalício)	Geometria (Aritmética e Geometria)
1869	Ignácio Antônio da Silva	Aritmética e Contabilidade / Geometria
1869	Herculano José Carneiro de Mendonça.	Aritmética e Contabilidade / Geometria
1870	Ignácio Antônio da Silva	Aritmética e Contabilidade
1872-1875	Ignácio Antônio da Silva	Aritmética /Geometria
1875	Antônio José Pereira	Aritmética /Geometria
1876 - 1886	Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim Substituto: Braz Benjamin da Silva Abrantes	Aritmética /Geometria Cadeira de Contabilidade separada.
1886 - 1887	Pacífico Antônio Xavier de Barros/ Antônio de Oliveira Andrade/ João Cardoso d'Ávila/ Benedito das Chagas Leite	Aritmética /Geometria

1888	Eduardo Arthur Sócrates José Feliciano Rodrigues de Moraes	Aritmética / Geometria
1889	João Cardoso d'Ávila	Aritmética / Geometria

Tabela 1: Professores do Liceu desde a instalação até 1889

Dos docentes que ocuparam a cadeira após Vicente Moretti Foggia, um destaque especial merece o professor Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, um engenheiro goiano, que regeu a cadeira, gratuitamente, durante 10 anos em que os três primeiros se deram de forma gratuita. Segundo Bretas (1991), a partir de 1879, passou a receber os vencimentos referentes às aulas de Geometria, pois estas passaram a ser custeadas pelos cofres gerais, responsáveis na época pelo espólio de João Gomes Machado Corumbá². Desse modo, este professor, poderia receber seus vencimentos dos cofres públicos, pelos serviços prestados como engenheiro, e quanto aos vencimentos da cadeira de Geometria, seriam pagos pelo espólio de Corumbá, ou seja, de origem particular, conforme Bretas (1991). A saída deste professor, em 1886, marcou o início de uma nova crise na cadeira de matemática, em que novamente vários professores passam pela cadeira desta disciplina (Tabela 1)

Além da crise que a cadeira de matemática enfrentava com a saída de Foggia, o Liceu também enfrentava uma crise de decadência que se mantém até o final do Império. As constantes reclamações deste estabelecimento por meio dos relatórios dos governantes quase sempre são as mesmas, professores despreparados para o cargo, a ausência de um internato para abrigar alunos de outras localidades, instalações inadequadas, baixos ordenados pagos aos professores, a falta de inspeção rigorosa.

De acordo com Bretas (1991), em 1869 ocorria a segunda reforma da instrução pública de 1º de janeiro de 1869, voltada ao ensino primário e particular da Província de Goiás. Segundo o autor, houve uma mudança nos conteúdos de ensino em que o sistema de pesos e medidas foi acrescentado à Aritmética. No entanto, o autor esclarece que ainda não se tratava do sistema métrico decimal. Este que havia sido criado por meio da Lei nº 1157 de 26 de junho de 1862, mas só viria a ser normatizado no Brasil, em 1873.

A última reforma deste primeiro período analisado ocorreu em 1884, ficou conhecida como “Reforma Camilo”, conforme Bretas (1991, p.255). No governo de Camilo Augusto

²João Gomes Machado Corumbá, obteve o Curso Matemático e o Curso Filosófico em Coimbra. Primeira pessoa que se tem notícias de ter ministrado aula de Geometria na província, em 1831. Em seu testamento deixou todos os seus bens em benefício da aula de Geometria, que deveria ocorrer ou na cidade de Santa Cruz, ou na Capital Boa Vista, e até nas duas se for preciso. Ler tese de doutorado de Vieira (2007, p.79).

Maria de Brito fora expedido, em 12 março de 1884, o regulamento da Escola Normal, instalada em 1884, e em 9 de abril do mesmo ano, o novo regulamento da Instrução Pública.

No regulamento, o Art.98 determinava que as aulas da instrução secundária funcionassem anexas às Escola Normal, e que uma das sete cadeiras se destinaria às “matemáticas elementares”. Com relação aos livros, o Art.101, resolvia que nas aulas somente seriam admitidos livros adotados pelo governo.

Neste período o ensino elementar para todos os meninos de 7 a 13 anos que morassem até dois quilômetros da escola, e para menina de 6 a 11 anos, que residissem até um quilômetro da escola se tornou obrigatório, bem como foi determinado neste regulamento, o conteúdo mínimo de aritmética, as quatro operações de aritmética sobre números inteiros e o sistema legal de pesos e medidas.

Sobre a separação da idade escolar, de acordo com Chervel,

Ela [a história das disciplinas escolares] se impõe colocar esses ensinios [da idade escolar] em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se, então, para ela de fazer aparecer a cultura interna da disciplina, a configuração original à qual as finalidades deram origem, cada disciplina impondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa, mesmo se as analogias se manifestar de uma para outra.(CHERVEL, 1990, p.187, grifo nosso)

Segundo Bretas(1991, p.318), nesta reforma, as escolas públicas elementares ficaram divididas em duas classes, de primeiro e de segundo grau. Com relação aos conteúdos, deveriam se ensinar, nas primeiras, as aritméticas até frações, o sistema decimal de pesos e medidas, noções de gramática, leitura e escrita, instrução moral e religiosa. Para as segundas, os conteúdos compreenderiam aritmética até regra de três e teriam noções de Geografia e História do Brasil.

No final deste regulamento é apresentada uma tabela dos vencimentos da secretaria, inspetoria geral e professores do ensino primário e secundário, constando uma observação de que a aula de matemáticas elementares, representada por Aritmética, Álgebra e Geometria, seria paga pelos cofres gerais, por meio do espólio deixado por João Gomes Machado Corumbá.

O insucesso da Escola Normal culminou na falta de matrículas até que estas não existissem mais em 1886, e então o regulamento de 2 de abril deste mesmo ano, conhecido como Regulamento Cruz, em homenagem ao presidente Guilherme Francisco Cruz, decretou a extinção da mesma e o restabelecimento do Liceu por meio do Art.23, que antes era considerado estabelecimento anexado à Escola Normal. Segundo Bretas, juntamente com a

extinção da Escola Normal, foram extintos também, “os princípios de liberdade e de obrigatoriedade de ensino, as instituições do fundo escolar e da caixa econômica escolar e por fim, a cadeira de música e outras foram suprimidas, causando o que acabou prejudicando algumas carreiras”. (BRETAS, 1991, p. 258).

Mesmo assim, a cadeira de Pedagogia ainda ficou funcionando anexa ao Liceu. Nas palavras de Bretas, o Liceu tinha, neste período, oito cadeiras, destas a 7^a era de Aritmética, Metrologia, Álgebra e Geometria. Esta cadeira era ensinada nos Cursos Comercial (que havia uma cadeira de Escrituração mercantil e Legislação Comercial) e no Curso Normal (que havia uma cadeira de Pedagogia)” (BRETAS, 1991, p. 327).

No que se refere aos conteúdos de matemática para as escolas de primeira entrância, ou seja, aquelas com mais de 20 alunos, localizadas nas Vilas se ensinaria a tabuada e as quatro operações sobre números inteiros, decimais e fracionários e o sistema métrico. Nas de segunda entrância, localizada nas Paróquias, que possuísem de 10 a 20 alunos, os conteúdos das de primeira entrância mais operações com números complexos, regra de três e juros simples. Nas de terceira entrância, nos Arraiais, aritmética e metrologia.

As constantes mudanças no quadro de governantes da província, algo bastante comum na província de Goiás, acabavam refletindo no ensino do Liceu, pois geralmente, estes, ao entrar no poder decretavam alterações que compreendiam desde alterações no nome da cadeira de matemática e dos conteúdos de ensino, juntamente com aspectos metodológicos, até mudanças dos ocupantes de cargos públicos.

Considerações Finais

Neste artigo procuramos mostrar traços da matemática ensinada no Liceu de Goiás a partir de 1858 até 1888. Observamos que durante 30 anos o Liceu passou por um período de decadência, além de reformas que trouxe modificações com relação aos conteúdos de ensino, aos métodos.

A Reforma Couto Ferraz no Rio de Janeiro, que acabou impondo certas tendências educativas, como a oficialização do método simultâneo e a introdução da Contabilidade, durante 12 anos, nos planos de ensino, juntamente com a Aritmética que era considerada uma “disciplina anexa” à primeira, no sentido de tornar o ensino mais prático e utilitário.

No que diz respeito aos livros didáticos, a referência que temos até 1888, é da utilização dos compêndios de Ottoni, que nos faz concluir que em sala de aula ainda se estabelecia uma *matemática clássica*. Em que o professor expunha seu curso e sua lição e

depois fornecia exemplos, uma vez que, nestes livros, não havia exercícios destinados aos alunos. No entanto, com relação à estrutura de conteúdos estudada, segundo o compêndio adotado, não há modificações. Apenas no final deste período, o sistema métrico decimal, criado em 1862, passou a ser utilizado e entrou nos planos de estudo das escolas primárias e como Metrologia no secundário. Mais um exemplo da praticidade e utilitarismo da aritmética.

Observamos ao final do Império uma série de tensões acontecem a fim de desestabilizar um conjunto de elementos já existentes para que um novo conjunto se constitua. Este momento de tensão gerado pelo fato da instituição Liceu entrar em decadência, as crises na cadeira de matemática, o aumento do número de reformas, pode indicar o aparecimento de uma nova identidade para a disciplina .

Referências Bibliográficas

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Porto Alegre: *Teoria e Educação*, n. 2, 1990.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

VALENTE, 2000. **Positivismo e Matemática Escolar dos Livros Didáticos no Advento da República**. Cadernos de Pesquisa, nº 109, p. 201-212, março/2000

VALENTE, W.R. **Arquivos escolares virtuais considerações sobre uma prática de pesquisa**. p. 175- 192, 2005

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil: 1730-1930**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007

SAVIANI, D. **Pedagogia e Política Educacional no Império Brasileiro** Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação , p.5375-5376, 2006 Acesso em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/489DermevalSaviani.pdf>.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Tradição e Renovação Educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

Sites acessados: www.crl.edu.br – *Documentos brasileiros oficiais – Império – República*
www2.camara.gov.br – *Leis e Decretos oficiais*.